



O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 Fone: 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 Fone: 4555-5500

f Metalurgicos.SA.MA
www.metalurgicosantoandre.org.br



Edição 1000 | 27 de junho de 2018

Aprovados acordos da PLR na Marelli e na Maxion

Páginas 3 e 4

Fotos: Rossini Handley



Diretor Loyola na assembleia em que os trabalhadores da Magneti Marelli aprovaram a PLR



Presidente em exercício Osmar Fernandes, o secretário administrativo e financeiro Adilson Torres, o Sapão, e o diretor Manoel do Cavaco com os trabalhadores da Maxion

Reforma só se aplica a novos processos, decide TST

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) decidiu no dia 21 de junho que a reforma trabalhista só se aplica aos processos que deram entrada na Justiça do Trabalho a partir do dia 11 de novembro de 2017, data em que a lei 13.467/2017 entrou em vigor. Essa resolução esclarece um dos pontos mais polêmicos desde o início, pois já no primeiro dia de vigência da nova lei trabalhista houve casos em que juízes condenaram os trabalhadores ao pagamento de custas de advogados dos empregadores e até de multas altíssimas.

Então, a situação melhorou para os trabalhadores com essa resolução? Não necessariamente. A instrução normativa aprovada pelo TST apenas tirou dos trabalhadores com processos anteriores a 11 de novembro o risco de terem de arcar com o que está previsto na reforma trabalhista caso percam a causa. Porém, para

as novas ações, fica mantido o rigor da lei 13.467.

Todo cuidado é pouco antes de entrar com ação

Além de cercear a organização dos trabalhadores, um dos pilares da reforma trabalhista é dificultar o acesso à Justiça do Trabalho, ao criar vários entraves. E o fator financeiro é o principal. Por exemplo, o juiz pode alegar litigância de má-fé e aplicar uma multa pesada ao trabalhador.

Por isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, por meio do seu Departamento Jurídico, tem orientado os trabalhadores que conversem com profissionais de sua confiança e avaliem bem antes de entrar com uma ação na Justiça. Todos devem ir atrás de seus direitos, mas muito cuidado para não caírem em tentação quando são aborda-



dos por pessoas que prometem o mundo.

STF ainda vai julgar a constitucionalidade da questão

O juiz Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), é quem faz o alerta: mesmo que ganhe uma parte do processo e seja beneficiário da justiça gratuita, o trabalhador pode até sair devendo, se for, por exemplo, condenado a pagar honorários advocatícios da parte contrária, além de multa. Para o magistrado, a reforma é inconstitucional ao retirar do trabalhador o direito

à justiça gratuita, que é garantido pela Constituição Federal.

Aliás, o julgamento da constitucionalidade dessa questão está suspenso no STF (Supremo Tribunal Federal) desde maio último e não há previsão para ser retomado. O relator é o ministro Luís Roberto Barroso. Portanto, a depender da decisão do STF, a instrução normativa do TST ainda não encerra o assunto em definitivo.

Mas a orientação de que toda ação deve ser muito bem fundamentada vale como nunca. O Departamento Jurídico do Sindicato está à disposição da categoria para tirar dúvidas e dar a orientação para cada caso. A reforma trabalhista não pode ser um entrave para os trabalhadores irem atrás de seus direitos na Justiça.

Por que fazer homologação no Sindicato é importante

Temos recebido denúncias de que várias empresas vêm pressionando os trabalhadores para fazer a homologação sem passar pelo Sindicato, sob o argumento de que é o que determina a reforma trabalhista (lei 13.467/2017). Isso não é verdade.

O patrão não pode obrigar o empregado a fazer a homologação do contrato de trabalho na própria empresa. Mesmo com a reforma trabalhista, os trabalhadores têm todo o direito de exigir a homologação no seu Sindicato.

Então, por que há patrões que tentam evitar a todo custo a homologação no Sindicato? Se estiverem pagando todas as verbas rescisórias, como manda a lei, não haveria nenhum motivo a temer, não é mesmo? Pois aí está o problema.

O Departamento de Ho-

mologação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá checa item por item e cobra da empresa que pague ao trabalhador qualquer diferença que for constatada. Por menor que seja o valor.

Para ter uma ideia, o não pagamento ou pagamento incorreto das verbas rescisórias são as maiores motivações que levam os trabalhadores a entrarem com processos trabalhistas, segundo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Isso significa que é grande a possibilidade de o trabalhador ser enganado quando a homologação é feita na empresa sem a ajuda de um profissional.

Agora, se você já fez a homologação na empresa e tem dúvida em relação às verbas rescisórias que recebeu, procure o Departamento Jurídico do seu Sindicato. Não deixe de ir atrás de seus direitos.



Cícero Firmino (Martinha)
Presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá



Osmar César Fernandes
Presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

STF julga imposto sindical

O STF (Supremo Tribunal Federal) inicia nesta quinta-feira, dia 27, o julgamento das ações que questionam a constitucionalidade do arti-

go da reforma trabalhista que tornou o imposto sindical opcional. São 19 ações ajuizadas por várias entidades, e o relator é o ministro Edson Fachin.

| **Magneti Marelli** |

Após rejeição da primeira proposta, PLR de R\$ 4.500 é aprovada

Os trabalhadores da Magneti Marelli aprovaram a proposta da PLR-2018 em assembleia realizada nesta segunda-feira, dia 25. Após a reprovação da primeira proposta pelos trabalhadores, o Sindicato e a comissão voltaram a negociar com a empresa e chegou-se à PLR no valor total de R\$ 4.500,00, informa o diretor Loyola. Companheiros, mantenham-se mobilizados, pois a luta continua.

Custeio sindical. No último sábado, dia 23, os trabalhadores da Marelli participaram da assembleia no Sindicato, quando foram discutidos o custeio sindical e outros assuntos específicos. O Sindicato vem debatendo o custeio com os trabalhadores, pois a reforma trabalhista dificulta as ações sindicais, justamente quando a organização no Chão de Fábrica é cada vez mais necessária em defesa dos direitos trabalhistas.



A partir da esquerda: Dr. Marcelo, Loyola, Sapão, Osmar Fernandes, Tiago e Lulinha com os trabalhadores da Marelli

| **Benteler** |

Negociações prosseguem após PLR



Diretora Viviane, diretor Jacaré e presidente em exercício Osmar Fernandes com os trabalhadores da Benteler

Depois de duas rejeições, os trabalhadores da Benteler aceitaram a proposta da PLR-2018 e receberam a primeira parcela nesta terça, dia 26, conforme acordo aprovado em assembleia realizada no dia 22 de junho. A segunda parcela, condicionada às metas, será paga no dia 31 de janeiro de 2019.

O presidente em exercício Osmar Fernandes destaca que o Sindicato estará junto com os

trabalhadores para cobrar da empresa o compromisso que ela assumiu, em reunião com os companheiros, de negociar outras reivindicações, como sábados alternados, plano de cargos e salários e vale-refeição.

O Sindicato parabeniza os trabalhadores que se sindicalizaram entendendo a importância das negociações e da união de todos para avançar nas conquistas.

| **FTE** |

PLR tem reajuste de 5% sobre 2017



Diretores Adilson Torres, o Sapão, e Geovane em assembleia na FTE

Com organização e união dos trabalhadores junto ao Sindicato, foi conquistado um acréscimo de 5% nos valores da PLR-2018 em relação ao ano passado. O total poderá chegar a R\$ 3.444.00, com uma antecipação de 50% a ser paga no dia 30 de junho, informa o diretor Geovane. A segunda parcela, condicionada às metas,

será quitada no dia 30 de janeiro de 2019. A assembleia foi realizada no dia 20 de junho.

Na assembleia, o Sindicato destacou a importância da organização dos trabalhadores para a conquista de bons acordos. Em breve, a nossa equipe estará na empresa para sindicalizar os companheiros que ainda não são associados.

| **WLO** |

Primeira parcela já foi paga



Diretores Pedro Paulo e Tarzan com os trabalhadores da WLO

Os trabalhadores da WLO já receberam a primeira parcela da PLR-2018, de R\$ 600,00, no dia 20 de junho, conforme pro-

posta aprovada em assembleia realizada na mesma data. A segunda parcela será paga no dia 20 de julho.

| **Galutti** | Trabalhadores cobram PLR

O Sindicato tem enviado pauta e cobrado da Galutti uma reunião para tratar da PLR-2018. Mas a empresa não tem respondido às reivindicações dos trabalhadores em total desrespeito a eles. Portanto, a qualquer momento o Sindicato estará na porta da empresa para conversar com os trabalhadores e tirar alguns encaminhamentos, avisa o diretor Geovane.

| **Forte Fixadores** | Sindicato envia pauta à empresa

O Sindicato enviou à Forte Fixadores nesta segunda, dia 25, uma pauta para tratar dos seguintes itens: PLR-2018, situação da Cipa conforme NR 5 (Norma Regulamentadora) e convênio médico. O diretor Pedro Paulo informa aos trabalhadores que em breve a equipe de sindicalização estará na empresa.

**JUNTOS, SOMOS FORTES.
NÃO FIQUE SÓ. FIQUE SÓCIO!**

Conquistada PLR de R\$ 6.000 com mobilização e muita negociação

Após uma longa negociação e graças à mobilização de todos em torno do Sindicato, foi aprovada a proposta da PLR-2018, por ampla maioria, em assembleia realizada no dia 21 de junho. Com 100% das metas atingidas, o valor total é de R\$ 6.000,00, podendo chegar a R\$ 6.300,00 se o cumprimento das metas alcançar 105%. A título de antecipação, os trabalhadores


vão receber a primeira parcela, no valor de R\$ 5.000,00, no dia 13 de julho. A segunda parcela, atrelada às metas, será paga no dia 14 de janeiro de 2019. O diretor Manoel do Cavaco explica que, neste ano, foi acrescentada ao acordo uma cláusula segundo a qual a empresa deve dar todas as condições necessárias para que as metas possam ser atingidas, com o acompa-

nhamento da comissão da PLR, integrada pelos companheiros Ilca e Saulo. **Nova linha de van.** Já está tudo acertado para a criação da linha de van São Mateus para atender os companheiros do primeiro turno. A nova linha começará a funcionar na segunda semana de agosto após os ajustes necessários. É mais uma conquista nossa.

Plano de Cargos e Salários. Depois de um período em que ficou suspensa, a avaliação dos trabalhadores será retomada na segunda quinzena de julho. Não temos ainda informações sobre o setor por onde se iniciará esse trabalho. A avaliação envolve itens de desempenho pessoal como apresentação de sugestões que possam trazer melhorias, atrasos, faltas etc.

Aos ex-trabalhadores da Metal 2

O Sindicato convoca os ex-empregados da Metal 2 para uma reunião no dia 4 de julho, próxima quarta, às 17h30, na sede em Santo André (Edital ao lado). A participação de todos é importante, pois o Departamento Jurídico dará os informes sobre o andamento das ações trabalhistas.




SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ - CNPJ 57.571.077/0001-39

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ, com sede à Rua Dona Gertrudes de Lima nº 202, Centro, Santo André, através de seu Presidente em exercício Senhor Osmar Cesar Fernandes, CONVOCA todos os ex-empregados da empresa METAL 2 INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA, que não receberam suas indenizações trabalhistas e que usufruíram apenas trinta minutos de intervalo para refeição e descanso, a comparecerem na sede do Sindicato no dia 04 de julho de 2018, quarta-feira, às 17:30 horas, para serem informados sobre o andamento das ações trabalhistas. Santo André, 27 de junho de 2018.

OSMAR CESAR FERNANDES - Presidente em Exercício



| Hydro Extrusion | Negociação da PLR está travada

Nesta quarta, dia 27, haverá uma nova reunião para discutir a PLR-2018 mas as negociações estão complicadas, informa o diretor Galo. A Hydro, que assumiu o controle da antiga Arconic em

abril, quer zerar o primeiro semestre e negociar a PLR apenas no segundo semestre, sem pagar nada agora. Portanto, companheiros, a mobilização de todos será decisiva para destravar as negociações.

Centrais entregam agenda da classe trabalhadora a líderes do Congresso

Representantes de sete centrais sindicais (Força Sindical, CUT, UGT, CTB, Nova Central, CSB e Intersindical) entregaram a "Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora" ao ministro do Trabalho, Helton Yomura, no dia 21 de junho, e aos presidentes do Senado, senador Eunício de Oliveira (MDB-CE), e da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), no dia 20. Aprovada no dia 6 de junho, a agenda apresenta 22 propostas para a retomada



do desenvolvimento econômico e a geração de empregos e renda. O documento foi elaborado com o apoio do Dieese e, entre outros pontos, propõe a revogação dos pontos polêmicos da reforma trabalhista; implantação da jornada de 40 horas semanais; incentivo às negociações coletivas; combate ao desemprego; regulamentação da contribuição assistencial; valorização do salário mínimo.

Eleições da Cipa

Magneti Marelli Cofap Fabricadora de Peças Eleição: 28/6/2018 das 5h às 16h Indústria Metalúrgica Lipos Eleição: 2/7/2018 Hydro Extrusion Eleição: 6/7/2018 das 5h às 15h Usintek Usinagem Eleição: 6/7/2018 das 13h30 às 16h Precifer Inscrições: 19/6 a 4/7/2018 Eleição: 12/7/2018 às 9h	A.L Indústria e Com. Imp. e Exp. de Acess. p/ Vidro Alumínio e Mat. de Construção Inscrições: 20/6 a 6/7/2018 Eleição: 17/7/2018 J.E.A - Indústria Metalúrgica Inscrições: 29/6 a 13/7/2018 Eleição: 26/7/2018 Magneti Marelli Cofap Autopeças Inscrições: 10/7 a 24/7/2018 Eleição: 30/7/2018 das 5h às 16h
--	---

Argentina sofre 3ª greve geral em 15 meses contra política econômica

O governo Macri, da Argentina, sofreu nesta segunda, dia 25, a terceira greve geral contra política econômica desde abril de 2017. E o protesto dos trabalhadores já surtiu efeito. Com inflação anualizada de 26,3%, o novo ministro de Produção, Dante Sica, admitiu a empresários que é preciso reabrir as negociações salariais, segundo o jornal "La Nación". A maioria das negociações salariais ocorreu no primeiro semestre com base em

inflação de 15%. A greve geral de 24 horas foi liderada pela CGT (Confederação Geral do Trabalho), a principal central sindical argentina, e foi um protesto contra o acordo da Argentina com o FMI (Fundo Monetário Internacional), contra ajustes exorbitantes das tarifas de serviços públicos e para exigir a negociação salarial. Com a paralisação do transporte, a greve afetou principalmente Buenos Aires.